

UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DOS PURITANOS INGLESES DOS SÉCULOS XVI E XVII

Geovani Rafael Vanderley Alves¹
Samuel Marques Campos²

RESUMO

Definir o termo “puritanismo” é como navegar em um imenso oceano em busca de um tesouro que se encontra numa pequena ilha, numa viagem histórico-contextual que nos leva analisar panoramicamente suas crenças, valores, convicções, medos e pretensões, e também nas circunstâncias em que estavam inseridos, que desaguaram em muitas atitudes que, hodiernamente, são levadas a debate. Mas uma viagem venturosamente prazerosa. Diante disso, todo esforço no levantamento de dados históricos deve ser uma tarefa cuidadosa ao pesquisador, a fim de ser honesto e condizente com os fatos apresentados. Igualmente, uma intrigante compreensão é de que o grupo em estudo “transcendeu” para algo além de uma nomenclatura de identificação de um grupo, para algo admirável em forma de símbolo ou ideia. De modo que, escrever sobre os puritanos é um empreendimento árduo e cuidadoso diante da distância temporal que estamos deles. Além disso, pode-se apreender grandes lições com este grupo cristão em análise, diante dos desafios do próprio tempo deles.

PALAVRAS-CHAVE: Puritanismo, Elizabeth I, Jaime I, Carlos I, Oliver Cromwell.

ABSTRACT

To define the term “Puritanism” is like sailing on a huge ocean in search of a treasure that lies on a small island. The historical-contextual journey that leads us to analyze them in a panoramic way their beliefs, values, convictions, fears and pretensions, and also in the circumstances in which they were inserted, which led to many attitudes that, today, are taken to debate, but is happily pleasurable. In view of this, every effort in the collection of historical data must be a careful task for the researcher, in order to be honest and consistent with the facts presented. Likewise, an intriguing understanding is that the group under study has "transcended" to

¹ Bacharel em Direito (Faculdade Estácio do Amapá), Especialista em Direito Público (Escola Superior de Advocacia da OAB, Seccional Amapá) e Bacharelado em Teologia pela Faculdade Teológica Batista Equatorial. E-mail: geovani.alves.2020.025@fatebe.edu.br.

² Doutor em Ciências Sociais, ênfase em Antropologia da Religião, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Professor e Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade Teológica Batista Equatorial. E-mail: samuel.campos@fatebe.edu.br.

something beyond a group-identifying nomenclature, to something admirable in the form of a symbol or idea. Thus, writing about the Puritans is an arduous and careful undertaking in view of the temporal distance we are from them, in addition, one can learn great lessons from this Christian group under analysis, in the face of their own time challenges.

KEYWORDS: Puritanism, Elizabeth I, James I, Charles I, Oliver Cromwell.

INTRODUÇÃO

O puritanismo tornou-se uma celeuma àqueles que desejam navegar sobre seu imenso mar. A tentativa de definir sua base e sua origem é o mesmo que lançar-se em águas perigosas, pois os contextos dos séculos XVI e XVII são cheios de turbulências político-religiosas. Mas é nessas tempestades que eles nasceram, e podem ter acabado, segundo o Dr. Roger Olson, no século XVIII, que “terminou com o maior pregador e pensador puritano de todos, Jonathan Edwards da Nova Inglaterra.”³

É imprescindível trazer à baila que “o puritanismo surgiu na Inglaterra em meio a uma situação política complexa. De certo modo, o puritanismo sempre esteve envolvido com as discussões políticas.”⁴, entretanto, quaisquer mudanças nas concepções teológicas estabelecidas pelo Catolicismo Romano a favor das da Reforma em qualquer lugar da Europa Moderna, implicavam em mudanças políticas perigosas. Como assevera o prof. Dr. Reformado Matthew Barrett

Devemos ter cuidado também para não puxar o pêndulo muito para o outro lado. Whitford nos lembra de que, *no século XVI, crenças teológicas influenciavam fortemente crenças sociais e políticas. “porque o mundo do início da era moderna não era um mundo secular; o teológico afetava o social e a política, tanto quanto, e às vezes mais do que o eclesiástico estritamente definido.”*⁵ (grifo nosso)

Destarte, deve-se entender que existia uma unidade entre igreja, Estado e cultura que compreendiam aquelas sociedades do século XVI e XVII, nas quais os puritanos estavam inseridos. Ademais, abordá-los sem compreender suas atitudes no período histórico específico é um erro crasso⁶; além disso, recorrer aos fatos preteridos, é imprescindível. Diante disso, a recapitulação histórica torna-se imperiosa.

³ OLSON, Roger. **História da Teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas.** São Paulo: Vida, 2001, p. 528.

⁴ LIMA, Leandro A. de. **O futuro do calvinismo.** São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 31.

⁵ BARRETT, Matthew. **Teologia da Reforma.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017, p. 42.

⁶ Crasso foi um cidadão romano altamente rico que desejava a glória e honras dos generais. Marcus Licínius Crassus participou do primeiro Trio Virato em que era composto por Caio Júlio César Pompeu Magnus e Crassus. Este confiava de forma irresponsável em sua grande força militar de 50.000 soldados, que os levou ao ataque

Acrescenta-se ainda que abordar uma história tão rica apenas pela perspectiva de que os meio econômicos são extremamente preponderantes para transformações estruturais, é demasiadamente ínfimo segundo Barrett⁷, pois no período da idade moderna, as crenças cristãs estavam impregnadas nas consciências dos homens daquela época.

É necessário promover uma abordagem panorâmica desde o período da eclosão da Reforma e suas implicações na Inglaterra, enfatizando a ação prática dos grupos e sua relação com o poder constituído, devido ao enraizamento de suas convicções teológicas. Estas, legitimam e legitimaram as ações combativas diante das pressões ocasionadas pelas lideranças políticas dos reinos em que viviam. Diante disso, a abordagem panorâmica focalizará nas respostas teológicas e suas ações diante dos desafios contextuais.

AS FASES DO PURITANISMO

O movimento puritano sofreu mudanças ao longo do tempo. Este movimento não é o mesmo em determinados períodos entre os séculos XVI e XVII, mas permaneceram inabaláveis em seus fundamentos teológicos que serão apresentados. Serão destacadas três fases do movimento puritano nos reinados de Elizabeth I, Jaime I (1603-1624) e Carlos I (1624-1649). As fases que serão apresentadas seguem o entendimento do professor Bruce Shelley que a seguir pode-se ver

Em sua busca pela reformulação da Inglaterra, o movimento puritano passou por três períodos distintos. Primeiro, no governo da rainha Elizabeth (1558-1603), quando tentou purificar a Igreja da Inglaterra segundo o padrão da Genebra de Calvino. Segundo, no governo de Jaime I e Carlos e sofreu sob as pressões reais para que se conformasse a um cristianismo de “alta igreja”. Terceiro, durante a Guerra Civil da Inglaterra e o governo de Oliver Cromwell (1653-1658), quando os puritanos tiveram a chance de moldar a Igreja nacional na Inglaterra, mas fracassaram por causa de dissensões internas⁸

O Dr. Shelley apresenta ainda o governo do Lorde Protetor da Inglaterra como reinado, no entanto, não é o nosso entendimento preferível neste trabalho, pois Oliver Cromwell não foi rei, mas sim um parlamentar puritano independente que ascendeu ao poder.

O PURITANISMO SOB ELIZABETH I, A RAINHA VIRGEM

contra os Partos. Crasso não ouviu as simples recomendações de táticas militares, por isso, ocorreu sua derrota de forma estúpida.

⁷ BARRETT, 2017, p. 47.

⁸ SHELLEY, Bruce. História do cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018, p. 315

A ascensão de Elizabeth I (1558-1603) com 25 anos ao trono inglês trouxe muitas expectativas de estabilidade. A rainha buscou um certo abrandamento com o grupo puritano em relação aos seus interesses no seu reino. Nesse sentido, as políticas elizabetanas buscaram controlar a movimentação e intenções de muitos grupos que se colidiam, no entanto, já era notório naquele período que o protestantismo já estava bem enraizado no solo inglês. O professor e Dr. Lindberg destaca claramente sobre isto que “No Reinado de Elizabeth, a Inglaterra virou protestante, tornou-se a nação líder da Europa, conquistou um império mundial e vivenciou um renascimento cultural”.⁹

A rainha sabia que se não mantivesse as rédeas sobre as mudanças na igreja nacional, estaria colocando em risco o seu reino em uma guerra interna entre protestantes e o restante dos católicos, pois viu os exemplos que devastavam a França e o Sacro Império Romano Germânico – Atualmente a Alemanha - entre os príncipes alemães e o Imperador. Portanto, a Rainha Elizabeth sabia que deveria fazer pequenas reformas para amenizar ânimos e setores que ansiavam por mudanças na igreja local como os puritanos, e mantinha alguns resquícios do catolicismo na igreja para terem certa familiaridade, foi um esforço herculano. Portanto, “Elizabeth procurava um meio-termo ao extremismo religioso, o qual não apenas desmantelava a Inglaterra, mas também provocava guerras religiosas no continente.”¹⁰ Tal política fez com que Knox fizesse a declaração de “nem uma boa protestante, nem uma católica resoluto”.¹¹ Podemos ver que a via média fora bem expressada pelo Professor Carter Lindenberg (2017) que diz a seguir:

*A via média dirigia-se tanto à maioria católica conservadora quanto à minoria urbana protestante por meio de expressões que cada qual podia ler a seu próprio modo. Nesse sentido, era mais um processo dialético de mistura de acomodação, não tanto o estabelecimento de uma via média em si – com sua ideia implícita de um único caminho entre dois extremos...” a proposta da Rainha era um processo sincrético designado a preservar a unidade e, ao mesmo tempo abrir diferenças para diferença.*¹²

Algumas das alterações foram bastantes estonteantes como os sermões em inglês, estabelecidos nos Trinta e nove artigos.¹³ Nesse documento, por exemplo, existia uma indefinição astuciosa e estratégica que todos poderiam perceber que buscava uma *via média*.

⁹ LINDBERG, Carter. **História da Reforma**: Um dos acontecimentos mais importantes da história em uma narrativa clara e envolvente. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.

¹⁰ LINDBERG, 2017, p. 367.

¹¹ LINDBERG, 2017, p. 368.

¹² LINDBERG, 2017.

¹³ LINDBERG, 2017.

Nesse sentido, como exemplo, os sacerdotes ministravam a ceia como presença real do corpo de Cristo no pão, o sangue de Cristo no cálice de vinho e, também que se alimentariam dele. Diante disso, podemos ver que a igreja Anglicana sob o comando de Elizabeth estava “sugerindo uma presença real a conservadores e uma ceia memorial *à la* Zurique aos protestantes.¹⁴

A sobrevivência de alguns ritos e cerimônias do Catolicismo Romano na igreja Nacional Inglesa era constantemente um grande desconforto aos puritanos. Embora Elizabeth I (1558-1603) tenha dado passos importantes na Reforma da Igreja Nacional, não fora suficiente para eliminar elementos do Catolicismo romano como ritos, estrutura hierárquica e vestimentas dos clérigos, devido a sua cautela com os grupos divergentes. Ela buscava a estabilidade política interna da Inglaterra. Nesse sentido, o equilíbrio entre as duas facções seria um grande desafio, cedendo no que fosse possível aos grupos divergentes, desde que não buscassem a radicalização pela via armada.

Elizabeth I acompanhava atentamente os conflitos armados que ocorriam nas regiões da França e do Sacro Império Romano Germânico. A rainha possuía a consciência de que o controle político da igreja era uma necessidade para manutenção da paz. Durante seu reinado, os atos reais que emanaram foram na direção do enfraquecimento interno do Catolicismo Romano na Inglaterra. Durante a sedição da invasão espanhola à Inglaterra, Elizabeth tolheu direitos e aprovou leis severas contra os católicos romanos. No entanto, a fracassada invasão da Inglaterra pela Espanha na derrota da invencível armada (no dia 8 de agosto/ 29 de junho de 1588), na batalha de Gravelines, iluminou as mentes inglesas de que protestantismo e Inglaterra estavam virando uma coisa só. Podemos ver mais detalhes na obra do professor batista reformado Dr. Erroll Hulse que afirma

Em 1588 a Espanha fez um grande esforço para invadir a Inglaterra. A armada Espanhola consistia de uma frota impressionante de 130 navios destinados a reunir 50.000 soldados como força de ataque. A armada sofreu uma derrota esmagadora. Menos da metade dos navios espanhóis voltaram para casa. Este evento também fortaleceu o partido protestante na Inglaterra já que os ingleses, tanto quanto hoje, prezam sua nacionalidade. Eles se ressentiram da ameaça da Espanha católica-romana, uma nação notória pela Inquisição, o mais diabólico e terrível sistema de perseguição¹⁵

¹⁴ LINDBERG, 2017.

¹⁵ HULSE, Erroll. **Quem eram os puritanos e o que ensinaram**. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2022, p. 46.

Elizabeth sabia que os católicos romanos em seu território não eram confiáveis, mesmo que declarassem lealdade ao seu trono. Ela sabia que a lealdade principal deles estava com o Papa, e este buscava enfraquecer o poder real inglês. Por isso, muitas medidas foram tomadas no intuito de enfraquecer o catolicismo em seu território. Fora no governo de Elizabeth que os puritanos cresceram e obtiveram um significativo avanço. Foram permitidos lugares para profetizar em que foram usados pelos puritanos para pregar e promover discussões, chamados “lugar de profecia”, o professor Hulse destaca bem que “durante o reinado de Elizabeth os lugares para “profetizar” foram se expandindo. Aquelas eram reuniões onde se pregavam sermões expositivos e discussões bastante populares.”¹⁶ Por isso, o movimento teve grande repercussão e as pregações muita visibilidade.

Os pregadores puritanos eram capacitados. Os líderes das comunidades puritanas eram homens que possuíam formação teológica que passaram pelas universidades inglesas da sua época. Ademais, o surgimento de pregadores capazes aquela época era de se esperar como Dr. Hulse destaca claramente, a seguir, que o

início do movimento puritano pode ser encontrado numa comunidade espiritual de capacitados pastores/pregadores que surgiram em 1580 e 1590. Entre os mais conhecidos estão Richard Greenham, Henry Smith, Richard Rogers, Laurence Charderton, Arthur Hildersham, John Dod, John Rogers e William Perkins. Os puritanos se multiplicaram através do trabalho destes líderes que se tornaram famosos, não somente pelas suas pregações, mas como médicos da alma.¹⁷

As universidades foram importantes para construção e preparação das ideias puritanas. A universidade de Cambridge foi um grande centro de formação puritana¹⁸, Arthur Hildersham (1553-1632) Richard Greenham (1531-1591), Richard Rogers (1550-1620), Laurence Chaderton (1537-1635) e Wiliam Perkins (1558-1602) são exemplos dela, Henry Smith (1620-1668) da universidade de Oxford, esta, porém, mais de caráter realista. Quetin Skinner deixa mais claro a seguir a importância da Universidade de Cambridge:

Tyndale era apenas uma entre muitos jovens estudiosos de Cambridge a se ver atraído do humanismo para a Igreja luterana. Com efeito, e, boa medida os fundamentos intelectuais da Reforma inglesa foram deitados em Cambridge por essa época. *Algumas das primeiras discussões da heresia tiveram lugar na taverna do Cavalo branco, que em pouco tempo, já era conhecido como a pequena Alemanha. [...] E quando finalmente a heresia se viu aceite como doutrina oficial, doze dos treze*

¹⁶ HULSE, 2022, p. 52.

¹⁷ HULSE, 2022, p. 47.

¹⁸ HULSE, 2022, p. 51.

*teólogos que se reuniram em 1549 para redigir o primeiro livro de orações protestantes da Igreja anglicana pertenciam à Universidade de Cambridge.*¹⁹

A rainha Elizabeth I abriu o espaço público para os puritanos agirem. Após a derrota dos espanhóis a rainha buscou reorientar o poder religioso, mas o grupo já havia avançado o suficiente para que influenciasse o máximo de pessoas em diferentes níveis sociais.²⁰

Elizabeth estava terminando seu reinado com muitos louros, e deixaria para o seu sucessor, Tiago VI da Escócia, o desafio de continuar algumas políticas como o de manter o protestantismo sobre o controle da Coroa, Como Walker destaca sob as exceptivas do rei escocês

O longo reinado de Isabel findou em 24 de março de 1603. Sucedeu-a o filho de Maria, “rainha dos escoceses”, Tiago I (1603-1625). Ele já ocupava o trono escocês desde 1567, como Tiago VI. Todos os partidos religiosos da Inglaterra viram com esperança sua ascensão. Os católicos por causa do seu parentesco, os puritanos presbiterianos por causa de sua formação e os anglicanos por causa de suas altas concepções sobre direito divino e sua hostilidade com o governo presbiteriano, que se desenvolvera em suas longas lutas para manter o poder da coroa na Escócia.²¹

A rainha da era dourada inglesa deixava um reino estável a seu sucessor Jaime I, porém sabia que Jaime ainda teria o desafio de lidar com os puritanos e sua busca por reforma.

O PURITANISMO SOB OS REIS JAIME E CARLOS

O rei sucedeu o trono inglês em 1603. Os católicos ainda possuíam esperanças de que Tiago I aliviasse legalmente suas condições.²² Contudo, suas atitudes foram diferentes das esperadas, como a expulsão dos padres jesuítas e aplicação de multas aos não conformistas.²³ Foi um duro golpe nos católicos. A saída desesperada para combater o protestantismo avassalador fora a tentativa de assassinato do Rei na explosão megapirotécnica do parlamento inglês.²⁴ Este evento aconteceu logo no início do reinado de Jaime I, como uma desesperada ação dos católicos ingleses denominada Conspiração da Pólvora,²⁵ mal sucedida, em 5 de novembro de 1605, que elevou ainda mais a repulsão e afastamento da população inglesa do

¹⁹ SKINNER, Quetin. **As fundações do pensamento político moderno**. 8. reimp. São Paulo: Companhia das letras, 1996, pp. 314-315, grifos nossos.

²⁰ WALKER, W. **História da igreja cristã**. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2003, p. 644.

²¹ WALKER, 2003.

²² FRASER, Antonia. **A conspiração da Pólvora**. São Paulo: Record, 2000, pp. 37-38

²³ FRASER, 2000, p. 40

²⁴ FRASER, 2000, p. 42

²⁵ FRASER, 2000, p. 52.

Catolicismo²⁶. Os conspiradores planejavam explodir o Parlamento na sessão em que o Rei Jaime I (1603 - 1625) estava presente. Tal acontecimento levou a severas medidas legais tomadas contra os católicos e eram plenamente compreensíveis.²⁷ certamente, os favorecidos do evento mal sucedido foram os protestantes, em especial, os círculos puritanos que gradualmente ganhavam mais o espaço público.

Os puritanos encheram-se de esperança de que o novo rei mudasse o governo da Igreja Nacional. Com a ascensão do Rei James IV da Escócia, ao trono Inglês elevaram-se as esperanças de que se “estabelecesse um sistema presbiteriano de governo na Igreja Anglicana.”²⁸ Diante desse fato, tal mudança e algumas outras eram possíveis, devido a proveniência do Rei dos círculos do presbiterianismo escocês. Por conseguinte, os puritanos levaram ao rei a petição assinada por aproximadamente mil ministros puritanos, como destaca o professor Erroll “Uma petição conhecida por petição milenar, tida como representativa de cerca de 1000 puritanos, foi entregue a James I quando ia da Escócia para a Inglaterra.”²⁹

A petição milenar, continha pedidos que colidiam frontalmente com os interesses de Jaime, pois apesar de adotar a fé reformada, possuía experiências amargas, como ser sequestrado e ameaçado por nobres escoceses da Kirk escocesa.³⁰ Além disso, o governo da igreja episcopal contribuía significativamente no auxílio da legitimidade teológica de seu governo e poderia criar a possibilidade do amadurecimento da doutrina do direito divino. O professor W. Walker explana sobre a petição milenar e a concessão dos pedidos pelo Rei James, como pode-se ver a seguir

Dela resultou em janeiro de 1604, a realização de uma conferência em Hampton Court entre bispos e puritanos, estando o Rei presente. Além do próprio soberano, o principal defensor do anglicanismo foi Bancroft, então bispo de Londres. Não foi concedida nenhuma das grandes mudanças que os puritanos desejavam, exceto uma nova tradução da Bíblia. [...]. Os puritanos receberam a ordem de se conformar³¹

O pedido puritano era contrário aos interesses de Jaime. O conteúdo da petição pode ser sumulado na mudança de governo da igreja para o presbiterianismo, mudança para uma fé mais alinhada a Genebra, o fim do livro de Orações Comuns e uma tradução inglesa condizente com

²⁶ ISSA, Pedro Henrique R. de O. Jaime I, a Conspiração da Pólvora e o Pensamento Político Moderno. **Humanidades em diálogo**, v. 3, n. 1, p. 73-89, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2009.106279>. Acesso em: 6 jun. 2024.

²⁷ FRASER, 2000.

²⁸ CAIRNS, Earle E. **O Cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã**. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 307.

²⁹ HULSE, 2022, p. 54

³⁰ ISSA, 2009, p. 74.

³¹ WALKER, 2003, p. 645

o povo inglês. Todavia, Jaime simpatizava com a Doutrina do Direito Divino de Governar dos Reis³², pois essa doutrina expandia sua autoridade de forma que não necessitava da comunicação de seus atos ao parlamento e, além disso, não estaria sujeito a qualquer controle legal ou teológico. Certamente, Jaime necessitava do controle da igreja para alcançar seus objetivos. Tais fatos podemos ver ainda na explicação do professor Dr. Hulse, em que diz:

James tinha toda intenção de manter o supremo poder, tendo tido amostras suficientes da rabugice dos presbiterianos na Escócia. [...] À medida em que a conferência de Hampton Court avançava James tornou-se cada vez mais mal-humorado. Ele fez asserções dogmáticas como “sem bispo, sem rei!” e ainda “o presbitério concorda com o monarca quanto Deus com o Diabo!”, e para os ministros puritanos ele disse: “é bom se apressarem para estar de acordo, ou serão logo logo expulsos da terra”. A conferência terminou com uma crise real temperamental”³³

Os puritanos tiveram de amargar tal derrota durante o governo do rei James. Na conferência de Hampton Court de 1604, Jaime acatou apenas um dos seus pedidos, por isso foi um golpe severo nos puritanos. O único pedido que James cedeu aos puritanos fora a tradução oficial da bíblia ao inglês, conhecida como versão King James 1611³⁴. A recusa aos demais pedidos fizeram que perdessem a esperança na Velha Inglaterra. Por isso, muitos puritanos começaram a migrar ao Novo mundo em busca de fundar uma nova comunidade com sua visão cristã³⁵, como a mais famosa congregação separatista de Nottinghamshire. Emigraram primeiro para Holanda em 1607, para a cidade de Leiden, e posterior, ao novo mundo em 1620.³⁶

Muitos clérigos puritanos foram destituídos de seus cargos. No período de 1604 a 1609, oitenta puritanos foram destituídos, pois não se ajustaram às novas medidas impostas por Jaime I.³⁷ O interesse inicial não era destitui-los de forma direta, mas que fossem persuadidos a aceitarem as medidas da igreja anglicana.³⁸ Atacar a subsistência que mantém os clérigos e suas famílias passou a ser altamente persuasivo. O professor Dr. Bruce Shelley destaca, a seguir, o desejo de governar de Jaime e a relação afrontosa desse rei com o parlamento, logo em seus anos iniciais, colocando em prática a doutrina do direito divino de governar dos Reis:

O contato inicial de James com o Parlamento foi igualmente rude. Em seu primeiro discurso ao grupo, ele defendeu o direito divino dos Reis. “O Estado monárquico” declarou, “é o que há de mais supremo na terra, pois os reis não são meros tenentes

³² WALKER, 2003, p. 645.

³³ HULSE, 2022, p. 45, grifos nossos.

³⁴ HULSE, 2022, p. 54.

³⁵ CAIRNS, 2008, p. 346.

³⁶ MCGRATH, Alister. **A revolução protestante**: Uma provocante história do protestantismo contada desde o século 16 até os nossos dias. Brasília, DF: Palavra, 2012, p. 154

³⁷ HULSE, 2022, p. 54.

³⁸ HULSE, 2022, p. 55.

de Deus colocados no trono divino; *eles são, pelo próprio Deus, chamados de deuses*”³⁹

Os atritos entre Coroa e parlamento deram-se no início do reinado de Jaime. O desprezo do Rei pelas instituições inglesas alarmou o Parlamento, ainda mais com o fundamento teológico do Direito Divino dos Reis de governar de forma absolutamente irrestrita.⁴⁰ Porém, a doutrina da Soberania de Deus era comumente aceita e compreendida pelos protestantes. Diante disso, Jaime impôs o desafio com sua doutrina, e os puritanos também colocaram suas doutrinas teológicas na arena política. Shelley ainda destaca a posição e modo como o monarca gostaria de reger o reino da Inglaterra a seguir:

Desprezando as instituições inglesas e ignorando a disposição do povo inglês, *James deixou claro que pretendia ser um monarca absoluto*. Em 1611, ele dissolveu o Parlamento e, durante os dez anos seguintes, governou a Inglaterra sem ele. *Por esse motivo, os líderes dos puritanos e os defensores da autoridade parlamentar na Inglaterra se uniram na resistência ao poder real*.⁴¹

O professor McGrath endossa o mesmo entendimento sobre o comportamento do rei Jaime referente ao Parlamento inglês, a seguir

Em alguns discursos para o Parlamento feitos em 1609, Jaime deixou claro que considerava estar acima da lei e que esta era seu instrumento para governar em nome de Deus. A subsequente dissolução do parlamento pelo rei, em 1611, era inteiramente consistente com a teologia dele; essa atitude, porém, não contribuiu em nada para torná-lo mais benquisto na pequena nobreza cada vez mais poderosa e com voz mais ativa⁴²

A batalha jurídico-teológica iniciou com o conflito da teoria do direito divino de Jaime em confronto com a soberania de Deus dos puritanos.⁴³ No entanto, a relação corrosiva entre as duas instituições não se deu apenas no campo teológico.

O Rei não tinha modos nos seus gastos. A sua antecessora, a saudosa rainha virgem que finalizara a Era Dourada da Inglaterra, a campeã sobre os católicos espanhóis,⁴⁴ deixou a receita dos cofres públicos do seu reino suficientemente abastecidos e o protestantismo consolidado, evitando guerras no seu reino.⁴⁵ No entanto, James não fazia concessões às festividades na

³⁹ SHELLEY, 2018, p. 318, grifos nossos.

⁴⁰ HILL, Christopher. **O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa**. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 19.

⁴¹ SHELLEY, 2018, grifos nossos.

⁴² MCGRATH, 2012, p. 135-136.

⁴³ OLSON, 2001, p. 531

⁴⁴ HILL, 2001, p. 25

⁴⁵ HILL, 2001, p. 21

Corte, por isso, haviam sérios gastos que eram preocupantes.⁴⁶ Logo, em 1610, o ministro das finanças, Robert Cecil buscou uma possibilidade de estancar os gastos excessivos de James com uma receita líquida e certa. Diante disso, James analisou tal ato com uma tentativa de controlar o poder real, por isso, ordenou o fechamento ou a dissolução do Parlamento em 1618.⁴⁷

Jaime conseguiu que Carlos I casasse com a católica Maria Henrietta (1609-1669) em 1611. Casamentos entre as monarcas eram importantíssimos naquele período, pois eram a interpretação de aproximação político-religiosa entre os reinos ou uma espécie de diplomacia não oficial. A rainha Henrietta era filha de Henrique IV da França e irmã do sucessor ao trono, Luís XIII. Neste mesmo ano do seu casamento, 1611, Luís XIII foi coroado Rei da França. Diante disso, a suspeita de aproximação de Carlos I com o catolicismo romano alarmou os puritanos.⁴⁸

O reinado de Carlos I

A sucessão de Carlos I (1625-1649), filho de Jaime, ocorreu pacificamente, mas seu pai não promoveu a distensão com o Parlamento, assim transmitiu o dissentimento e a desconfiança com este. Nos idos iniciais do reinado de Carlos, este não buscou dialogar sobre qualquer ato ou pretensão com parlamentares, mas sim, buscou colocar em prática a teoria ou doutrina do Direito Divino de Governar do Reis que seu pai havia levantado.⁴⁹

Os parlamentares compreenderam que Carlos desejava governar sozinho. Estes, em 1628, eram uma parcela significativamente influente de puritanos.⁵⁰, portanto, os mesmos, claramente seriam um obstáculo ferrenho ao Rei. A fim de melhor esclarecimento, o Dr. Matthew Barrett destaca que em 1628, “para surpresa e ira do Rei, o povo havia elegido um Parlamento de maioria puritana, que o rei então dissolveu, pedindo uma nova eleição”⁵¹, porém, quando as novas eleições aconteceram, “o segundo Parlamento tinha um número ainda maior de puritanos”.⁵²

Era esperado que Carlos auxiliasse os reinos protestantes durante a guerra dos 30 anos.⁵³ A política externa da Inglaterra estava desalinhada e Carlos não auxiliava os reinos protestantes⁵⁴ que corriam o sério risco de serem destruídos e terem o catolicismo restaurado.

⁴⁶ HILL, 2001, p.25

⁴⁷ HILL, 2001,

⁴⁸ SHELLEY, 2018, p. 319.

⁴⁹ SHELLEY, 2018.

⁵⁰ BARRETT, Mattew. **Teologia da reforma**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017, p. 615.

⁵¹ BARRETT, 2017, p. 615.

⁵² BARRETT, 2017, p. 616.

⁵³ FRASER, 2000, p. 223.

⁵⁴ HILL, 2001, p. 28.

Além disso, o rei havia auxiliado o reino francês no despojo dos protestantes huguenotes, fato repudiado pela maioria inglesa, pois a Rainha da era dourada havia contribuído para que os huguenotes tivessem um julgo menos severo⁵⁵. Ainda mais, o duque Buckingham fora assassinado nesse mesmo ano, então, “a reputação da Inglaterra atingira seu ponto mais baixo. O assassino, Felton, tornou-se o homem mais popular da Inglaterra.”⁵⁶ Era notório para todos que as ações políticas pró-católicas de Carlos andavam em sério descompasso com a realidade inglesa protestante.

As políticas externas e internas do rei tornavam-se cada vez mais inviáveis. O rei necessitava de que fossem sancionados mais impostos para que fossem arrecadados para manutenção dos conflitos com a Espanha e a França. Entrou em conflito em 1627, em virtude das intrigas de Buckingham com a Corte francesa, assim, “a Inglaterra se viu em guerra com a Espanha e França.”⁵⁷ Então, em oposição, o Parlamento recusou votar pelos impostos. A oposição se mostrou mais firme diante do rei, então este manobrou com uma sanção os empréstimos compulsórios⁵⁸.

Carlos promoveu a nomeação de Willham Laud (1573-1645) como Arcebispo da Igreja da Cantuária⁵⁹, que era protestante em sua teologia, mas acolheu e defendeu elementos do Catolicismo Romano, como a hierarquia da igreja, a celebração da missa, vestimentas clericais, crucifixos e velas. No entanto, seu objetivo específico em suas reformas era atacar e enfraquecer a influência dos puritanos na Igreja Anglicana. A seguir, Shelley destaca bem as ações e intenções do novo Arcebispo:

*No intuito de impor sua vontade aos puritanos, Carlos encontrou um servo disposto, o arcebispo William Laud, o qual acreditava que Deus havia ordenado bispos para governar sua igreja. Liderado pelo arcebispo, um partido episcopal emergiu para resistir aos puritanos e, com o apoio do Rei, o grupo reintroduziu os vitrais, as cruzes, até os crucifixos. Além disso, elevou a mesa de comunhão, chamou-a de altar e insistiu que o culto fosse realizado unicamente com o livro de oração.*⁶⁰

O grupo laudiano promovia suas políticas desmedidas, buscando afastar os pregadores puritanos. Estes últimos, quando subiam aos púlpitos, tanto desaprovavam o rei quanto não fortaleciam a igreja nacional sob as rédeas do anglicanismo. Por causa disso, Laud buscou ferir

⁵⁵ HILL, 2001.

⁵⁶ HILL, 2001, pp. 29-30

⁵⁷ HILL, 2001

⁵⁸ FRASER, 2000, 28

⁵⁹ Título de autoridade interna da igreja da Inglaterra. Este cargo poderia fazer algumas alterações com a anuência do rei, que é chefe da igreja da Inglaterra.

⁶⁰ SHELLEY, 2018, p. 320, grifos nossos.

severamente aquilo que os puritanos haviam construído, lapidado e disseminado como modelo e sua maior arma: a pregação, o instrumento de formação moral e da consciência⁶¹. Christopher Hill explana de forma concisa tais ações:

A política religiosa de Laud levou a conclusões lógicas das tendências de retomada do catolicismo iniciada em 1590. Os arminianos detinham os melhores bispados e decanias. Foram suprimidos pregadores nas cidades mercantis. Laud forçou os *feofees for impropriations* (grupo de homens de negócio, advogados e clérigos puritanos) a pararem de arrendar os dízimos desapropriados com a finalidade de usá-los para financiar prédicas. *As tentativas de Laud, no sentido de impedir as prédicas puritanas, resultou em sua total supressão. As tendências ritualísticas do arcebispo, além do favorecimento dos católicos na Corte, onde Henrieta Maria sucedera Buckingham como principal influência sobre Carlos, conferiram plausibilidade às alegações segundo as quais o arcebispo era um papista*⁶².

O clérigo defende os atos reais - As ações arbitrárias do rei tornavam-se notórias. Nesse sentido, era necessário que a igreja anglicana fosse munida com defesas bíblicas a fim de que estes atos fossem legítimos.⁶³ Os mesmos, afirmava, “é o suporte mais importante da autoridade régia”⁶⁴. Eventualmente, Laud e sua ala companheira foram o instrumento para isso. O professor Hill destaca:

Robert Sibthorpe ensinou que “*se um príncipe impõe um tributo excessivo, mesmo que injusto, ainda assim o súdito [...] é obrigado a se submeter*”. Roger Mainwaring pregava que “*nenhum súdito poderá, sem risco de sua própria danação aí se rebelar contra Deus, questionar ou desobedecer à vontade e ao prazer do soberano*”. Essas não foram opiniões de pessoas irresponsáveis. Sibthorpe foi promovido por *Carlos I. Mainwaring* embora condenado pela Câmara dos Comuns, *tornou-se bispo sob comando de Laud e foi ardente defensor de sua política*. Os cânones votados por *Convocation* em 1640 exigiam que uma vez por ano, cada ministro deveria explicar à congregação que “*a ordem mais alta e sagrada dos reis é do direito divino [...] Um poder supremo é outorgado a essa ordem mais excelsa pelo próprio Deus*”. A câmara dos Comuns decidiu em novembro de 1640 que esses cânones continham muitas questões contrárias às Escrituras [...] leis orgânicas e às liberdades do reino, ao direito dos Parlamntos, aos bens e à liberdade do súdito”⁶⁵ (grifo nosso)

Ainda nesse entendimento Antonia Fraser traz a afirmação de que um dos bispos partidários de Laud, em Wells e Bath haviam quase colocado em prédicas que, “pois, ainda que possam existir muitos pilares só existe *unus Rex* – um rei – um único grande pilar central, e tudo o mais (...) tem-se que se colocar sob ele e para ele”⁶⁶. Vemos que o cerne era defender

⁶¹ HILL, 2001, p. 24

⁶² HILL, 2001, p. 30, grifo nosso.

⁶³ HILL, 2001, p. 31.

⁶⁴ HILL, Christopher. **O século das revoluções: 1603-1714**. São Paulo: Unesp, 2017, p. 97.

⁶⁵ HILL, 2001, o século das revoluções, p. 100.

⁶⁶ FRASER, 2000, p. 48.

arduamente os atos do rei, mas os puritanos possuíam a seguinte entendimento sobre o poder político

A teoria puritana, então, proscreveu cuidadosamente o poder do Estado. Os puritanos se opunham às teorias do absolutismo do direito divino que floresceram no século XVII insistindo que o poder real não era absoluto. Seguindo Deuteronômio 1:13, os puritanos argumentaram que as pessoas deveriam escolher seus próprios líderes, uma ideia que levou a convicções sobre os sentimentos dos governados. Eles argumentaram ainda que magistrados menores, ordenados por Deus em seus papéis, poderiam até se opor a um rei, o monarca, se este viesse a tornar-se um tirano. E, enfatizando a importância das alianças, que eram estabelecidas tanto o povo quanto para o rei, os teóricos puritanos lançaram as bases do constitucionalismo moderno⁶⁷.

Cresciam os ressentimentos entre o Parlamento e os monarquistas. O rei não buscava aproximação com o parlamento. A forma de agir irrefletido de Carlos I apenas prejudicava sua posição, pois os reis ingleses sempre buscaram a aprovação de sua Corte e do Parlamento, este é a representação do povo comum. Por isso, o monarca não satisfazia o mínimo do que os homens comuns anseavam: serem ouvidos.

Desde 1630, Carlos I mostrava que governaria sem o consentimento do Parlamento e faria todo tipo de alteração ou modificação necessárias. Nesse meio tempo, o rei promoveu um ato desmedido, em contraste com a realidade do reino, que foi permitir que “em 1637 um representante do Papa foi admitido pela primeira vez na Inglaterra desde o reinado de Maria”.⁶⁸ Por isso, com os puritanos sendo hostilizados demasiadamente, prisões arbitrárias, o parlamento sendo desrespeitado e o povo arcando com mais impostos, então, começava a pairar no ar a possibilidade do conflito armado⁶⁹, devido a radicalização⁷⁰.

O rei estava buscando colocar em prática, na monarquia inglesa, a teoria do absolutismo. Entretanto, o entrave estaria no Parlamento de maioria puritana. Por isso, seu desprezo pela instituição e sua forma déspota de governo o levaram a conflitos desnecessários, e sua tentativa de impor o governo episcopal à igreja escocesa fora a gota d'água.⁷¹

A Escócia de John Knox havia demonstrado que o monarca era apenas um membro da igreja e não o cabeça. As mudanças que consolidaram a fé reformada na Escócia foram direcionadas pelo parlamento e pela alta nobreza escocesa, por isso, o rei não poderia interferir

⁶⁷ SILVA, Tiago. **Teoria política puritana**: alianças, magistrados menores e liberdade americana. Disponível em: <https://tiagosilva-60215.medium.com/teoria-pol%C3%ADtica-puritana-alian%C3%A7as-magistrados-menores-e-liberdade-americana-7a8bb2784862>. Acesso em: 28 mai. 2024, grifos nossos.

⁶⁸ HILL, 2001, p. 30

⁶⁹ HILL, 2001, p. 30

⁷⁰ No continente europeu, nos territórios do sacro império Romano Germânico, a guerra dos 30 anos havia começado e era palco de violência e selvageria entre os exércitos protestantes e católicos, por causa disso, havia um “ar” de que Cristo estava voltando, milenarista e de fim da história humana. (cf. HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: Ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 50).

⁷¹ HILL, 2001, p. 96.

de modo arbitrário na igreja. Entre os anos de 1560 e 1570, a luta entre o parlamento escocês e a coroa católica se intensificou. O reformador escocês, amadurecido, retornou ao reino em 1559, para contribuir com a nobreza protestante nesse processo.⁷² O Parlamento “instruiu Knox e outros cinco ministros (todos com o nome John) a produzir uma confissão de fé. O resultado foi a confissão escocesa de 1560, [...]”⁷³ Por isso, a confissão foi extremamente dura aos monarcas católicos, então reinado de Maria Stuart, mãe de Jaime, afim de que seus intentos sobre a igreja fossem controlados. O Professor Matthew Barrett ilumina tal entendimento:

Em 1567, o parlamento escocês reuniu-se e, orientado por Knox, começou a Reforma escocesa, pondo fim ao poder Papal sobre a igreja escocesa, declarando a missa ilegal e revogando todos os decretos contra hereges. O Parlamento confirmou a deposição da Rainha Mary Stuart. No mesmo ano, a Assembleia Geral tomou a resolução de que os reis deveriam defender a verdadeira religião, e o parlamento firmou um contrato entre o príncipe e Deus para ser o mútuo e recíproco, aceitando e autorizando uma nova confissão de Fé. [...] Na Escócia foi também implantado o sistema representativo eclesiástico de anciãos (presbiteriano) semelhante ao de Genebra (onde já fora estabelecido em 1567), de nove anos, houve uma reorganização da Igreja e dos estados escoceses, sobre as bases da doutrina calvinista de resistência constitucional. Dessa forma, A revolução escocesa marcou a primeira aplicação histórica da doutrina de Calvino.⁷⁴

Barrett continua explicando sobre a disposição da Confissão de Fé Escocesa em relação ao poder monárquico e os reis que estiveram submetidos a ela, no caso de Maria Stuart que foi deposta e o seu sucessor Jaime, pois o próximo rei na sucessão deveria respeitar o documento emanado pelo Parlamento do reino, a seguir pode-se verificar:

A declaração escocesa era, de modo geral, mais presbiteriana do que na Inglaterra, não por razões teológicas, mas também por que foi desenvolvida em face a oposição da coroa, primeiro de Marie de Guise, e depois da sua filha, Maria, rainha da Escócia (reinou de 1542 a 1567). A última abdicou em 1568, deixando seu filho James, que ainda era criança, para ser coroado como James VI da Escócia (reinou 1567 a 1625). Knox pregou o sermão de coroação, o que significava que a ideia de Soberano como supremo Governador da Igreja (como na declaração inglesa) era altamente impraticável, bem como teologicamente detestável. O presbiterianismo, com seu reconhecimento da estreita ligação entre Igreja e Estado, e também por sua ênfase na autoridade espiritual da Igreja e de seus tribunais, se deu bem com a dinâmica política da Reforma escocesa.⁷⁵

Então, diante dos acontecimentos, é inegável que qualquer imposição da Coroa sobre a Igreja Escocesa era altamente ultrajante. E, poderia levar a reações conflitantes. O Dr. Erroll

⁷² BARRETT, 2017, p. 121.

⁷³ BARRETT, 2017, p. 121.

⁷⁴ SILVESTRE, 2003, p. 229-230, grifos nossos.

⁷⁵ BARRETT, 2017, p. 121.

Hulse descreve bem que “quando Laud tentou impor o Livro de Oração da Igreja da Inglaterra e a Liturgia à Escócia Presbiteriana em 1638, foi como riscar um fósforo sobre a pólvora seca!”.⁷⁶

Willham Laud interferiu impositivamente no governo da igreja Escocesa através do aval do Rei Carlos I com publicação da nova liturgia e o Livro de Orações. Diante de tal interferência em 1637, os escoceses buscaram a resistência, o que desencadeou a Guerra dos Bispos⁷⁷. A historiadora inglesa Antônia Fraser ilumina bem o entendimento de que “a publicação de uma nova liturgia, em 1637, que em virtude da prerrogativa real tornou-se obrigatória em toda Escócia, foi solenemente refutada pela Convenção Nacional, [...] em fevereiro de 1638”.⁷⁸ Além disso, fora rejeitado o livro de orações de Laud, e também fora lembrado ao rei, que o juramento de sua coroação confirmava a supremacia do Parlamento.⁷⁹ Assim, o Parlamento e a nobreza estavam unidos em uma espécie de cruzada cristã contra as imposições papistas de Carlos.⁸⁰ e “em 1638, toda Escócia assinou o National Covenant [Pacto Nacional] e formou o exército”.⁸¹

Pela Lei, o rei teria que convocar o Parlamento inglês com a deflagração da Guerra dos Bispos.⁸² Conflitos armados requerem recursos financeiros para serem subsidiados; por isso, o rei necessitava que o Parlamento fosse convocado a fim de que aprovasse o financiamento do conflito.⁸³ Os parlamentares suscitaram as reformas religiosas e políticas, e desejavam discutir alguma via com o Rei. Tal manobra, para consecução dos recursos, fora interpretado como um meio de restringir o poder Real. Diante disso, Carlos não dialogou com os parlamentares e dissolveu o Parlamento, denominado de Parlamento Curto.⁸⁴ As discórdias estavam entrando em um nível irreconciliável.

As negociações com os invasores foram infrutíferas. Diante do exército nem profissional do rei e nem pago devidamente, reunido às pressas, os soldados ressentiram-se de ir ao campo de batalha contra os escoceses.⁸⁵ Entretanto, os súditos reais desejavam ardentemente ir ao conflito, mesmo não dispendo da suficiência de soldados e de logística. Mediante tal realidade, o rei tentou negociar com o exército invasor, então, “ele se viu obrigado a assinar o Tratado de Berwick, mas não concordou com a abolição do episcopado na Escócia,

⁷⁶ HULSE, 2022, p. 58.

⁷⁷ HULSE, 2022, p. 59.

⁷⁸ FRASER, 2000, p. 75.

⁷⁹ FRASER, 2000.

⁸⁰ FRASER, 2000.

⁸¹ HILL, 2001, o século das revoluções, p. 17.

⁸² MCGRATH, 2012.

⁸³ MCGRATH, 2012, p. 140.

⁸⁴ HILL, 2001, p. 17.

⁸⁵ HILL, 2001, o século das revoluções, p. 17.

e as negociações foram novamente interrompidas”.⁸⁶ Por isso, o exército que estava estacionado na fronteira da Escócia em 1639, marchou em direção ao norte da Inglaterra, em 1640.

Os escoceses conquistaram Newcastle.⁸⁷ Diante do avanço do exército invasor, Carlos teve que convocar o Parlamento em fevereiro de 1640, no objetivo de discutir a manutenção do conflito. Por isso, convocou o Parlamento naquele ano, denominado Parlamento curto ou “*Short Parliament*”⁸⁸, em que as sessões foram litigiosas, o que fez com que fosse dissolvido apenas em três semanas. Nesse sentido, as discussões entre os parlamentares e o rei foram infrutíferas e o fechamento do parlamento fora um grande erro, por isso, assinou o acordo provisório de paz com os invasores em Ripon. Como consequência, o rei deveria convocar o parlamento para um acordo mais conclusivo com os escoceses, tal é o entendimento do Professor Hill que destaca “os escoceses pretendiam forçá-lo a convocar o Parlamento”.⁸⁹

Na segunda convocação, novembro de 1640, os membros do Parlamento, sob a liderança de John Pym, desejavam ser ouvidos e começaram a ser mais incisivos com o rei, fazendo alguns requerimentos como a uniformidade religiosa.⁹⁰ Foram, então, elaboradas acusações contra os grandes partidários do rei, o odiado Arcebispo Wiliam Laud e Thomas Wentworth, em dezembro.⁹¹ O rei estava sendo finalmente confrontado. É importante destacar a compreensão de Antonia Fraser, que é pertinente para explicação do comportamento do Parlamento diante desse contexto tão instável

A atitude do Parlamento, nessa época, só é compreensível quando referenciada à pessoa do próprio monarca. Não se trata de uma teoria política, mas das consequências práticas de um governo arbitrário, exercido por um homem do temperamento de Carlos – isto é que preocupava Pym e seu partido, orientados por essencialmente pelo pragmatismo.⁹²

O puritanismo foi obrigado a se unir em prol da causa.⁹³ Apesar da diversidade em classes sociais e de governo eclesiástico, os puritanos alinharam-se contra um “inimigo” comum, os realistas e o rei.⁹⁴ O Dr. McGrath assinala que “os presbiterianos e os

⁸⁶ HILL, 2001, o século das revoluções, p. 17.

⁸⁷ HILL, 2001, p. 18.

⁸⁸ FRASER, 2000, p. 76.

⁸⁹ HILL, 2001, p. 18.

⁹⁰ FRASER, 2000, p. 79.

⁹¹ MCGRATH, 2012, p. 140.

⁹² FRASER, 2000, p. 101.

⁹³ MCGRATH, 2012, p. 141.

⁹⁴ MCGRATH, 2012.

congregacionais estavam envolvidos em um combate teológico no Parlamento”.⁹⁵ Mas que se uniriam nesse confronto com o rei.

Em meados de maio de 1641, houve a aprovação do documento denominado *protesto*, que unia os ingleses protestantes na forma de pacto nacional. Neste, havia a intenção de evidenciar ao Rei que a resistência era legítima. A historiadora Antonia Fraser afirma que:

O texto final comprova, pública e energicamente, a que níveis chegara a insatisfação diante das políticas do rei e de sua Igreja. Havia referências a “tentativas de subverter as Leis Fundamentais da Inglaterra e da Irlanda e de introduzir o exercício de um governo arbitrário e tirânico”, assim como alusões mais familiares a “jesuítas e outros seguidores da Sé de Roma”, que estariam solapando as bases da verdadeira religião.⁹⁶

O documento foi entregue ao rei. Carlos entendeu que era um ataque direto a sua dignidade e autoridade. Assim mesmo, o Parlamento continuou avançando nas políticas puritanas, como a supressão do livro dos esportes e a medida de que os sermões seriam lidos nas tardes de domingo e em todas as paróquias da Inglaterra.⁹⁷ O rei havia entendido a mensagem e havia recuado, por enquanto, em suas políticas.⁹⁸

Os Irlandeses promoveram um levante em outubro de 1641. Carlos aproveitou a oportunidade para promover a convocação de um novo exército,⁹⁹ mas os parlamentares entenderam que este possuía a finalidade de dissolver pela força o parlamento novamente, por isso, não foi aceito pelo líder parlamentar Pym.¹⁰⁰ Este “teve a oportunidade de lançar dúvidas sobre a credibilidade do rei”.¹⁰¹

O rei recorreu ao uso da força contra o parlamento, pois compreendia que sua autoridade estava sendo tolhida. Em 4 janeiro de 1642, a paciência do rei esgotou-se, e ele tentou prender os líderes parlamentares, de forma desastrosa, que estavam tentando restringir sua autoridade, o que, a seu ver, causaria a derrubada da monarquia.¹⁰² Com um batalhão de homens armados, ele entrou na Câmara dos Comuns, com a finalidade de prender os cinco membros que eram John Pym, John Hampden, Arthur Halesrig, William Strode e Denzil Holles, o grande orador e presidente da Câmara.¹⁰³ Estes, não estavam na Câmara, pois haviam sido avisados da

⁹⁵ MCGRATH, 2012.

⁹⁶ FRASER, 2000, p. 87.

⁹⁷ FRASER, 2000, p. 88.

⁹⁸ HILL, 2001, p. 88.

⁹⁹ FRASER, 2000.

¹⁰⁰ FRASER, 2000.

¹⁰¹ FRASER, 2000.

¹⁰² FRASER, 2000, p. 97.

¹⁰³ HULSE, 2022, p. 59.

aproximação do rei e dos soldados. Diante desse fato desesperado e desrespeitoso com a instituição parlamentar, o conflito se deflagrou.

O PURITANISMO NA GUERRA CIVIL E O GOVERNO DE OLIVER CROMWELL

A guerra civil aconteceu entre 1642 a 1649.¹⁰⁴ A fase inicial do conflito serviu para especificar os lados e as regiões. Os realistas se concentraram ao norte, e os da causa parlamentar ao sul da Inglaterra. Os realistas chamaram pejorativamente os soldados parlamentares de Roundheads.¹⁰⁵ O primeiro conflito em campo aconteceu em Edgehill, em outubro de 1642.¹⁰⁶ Antes que o rei buscasse uma forma de aliança com os escoceses, o parlamento se antecipou em um acordo com eles. Porquanto, a Escócia seria uma grande aliada em campo de batalha ao Parlamento.

Os anos iniciais do conflito foram bons para o rei. O parlamento vendo que a estrutura do seu exército era frágil, reestruturou sua formação e disciplina e, em 1645 criou o New Model Army [exército de novo tipo], que ficaria nas mãos do homem que iria se destacar por suas grandes habilidades em campo de batalha.¹⁰⁷

O personagem mais proeminente da causa parlamentar na guerra civil inglesa é o líder puritano do partido parlamentar independente, Oliver Cromwell (1599-1658).¹⁰⁸ Este foi arduamente temente a Deus. Cromwell, dava suas vitórias à Providência e acreditava que estava prestando um serviço ao Senhor. Foi um puritano estritamente confiante de que sua missão era combater os abusos do rei e o catolicismo. Ele inspirava seus homens com a busca da disciplina moral. O professor Shelley destaca a liderança de Cromwell a seguir:

Com o tempo, a ascensão de Cromwell colocando-o na liderança do Novo Exército Modelo, uma tropa de 21 mil homens que consideravam seu papel na história inglesa um chamado de Deus. Aos olhos deles, a guerra *era uma cruzada puritana contra os inimigos da justiça e o fim justo santificava a força como meio*. É por isso que o exército orava antes das batalhas e marchava para o conflito entoando hinos cristãos.¹⁰⁹

¹⁰⁴ BEEKE, Joel R. **Vivendo para a glória de Deus**: uma introdução à fé reformada. 2. reimpr. São José dos Campos: Fiel, 2016, p. 386.

¹⁰⁵ Traduzido para língua portuguesa de “cabeças redondas”, pois seus capacetes eram de ferro no formato esférico com uma proteção de um filamento no rosto.

¹⁰⁶ HULSE, 2022, p. 59.

¹⁰⁷ MCGRATH, 2012, p. 140.

¹⁰⁸ BEEKE, 2016, p. 386.

¹⁰⁹ SHELLEY, 2018, p. 321, grifos nossos.

Oliver buscava primeiramente que seus soldados fossem tementes a Deus e, segundo, fossem estritamente disciplinados.¹¹⁰ Os soldados liam suas Bíblias e cantavam hinos quando marchavam em direção às batalhas.¹¹¹ Os puritanos possuíam a convicção de que Deus daria os seus veditos em campo de batalha pela compreensão da doutrina da Providência, colocando, além disso, a prova de sua eleição.

Pessoas de várias camadas sociais formavam as fileiras do exército parlamentar. Este, estava se tornando um campo fértil para ideias e visões políticas.¹¹² Grande parte dos soldados possuíam grande contato com as mensagens bíblicas e “enquanto o tempo passava, um número crescente de soldados rasos ia assumindo funções de prédicas [...], sugerindo que o exército fosse utilizado para ensinar os camponeses a entenderem o valor da liberdade”.¹¹³ Por isso, o exército foi tomando consciência de sua importância neste conflito, pois “seria na ação militar, na boca do canhão, que se alcançaria de forma inequívoca a certeza do favor de Deus”.¹¹⁴

O exército do parlamento imputou retumbantes derrotas sobre o exército realista na fase inicial. As batalhas vitoriosas de Edgehill, Grantham, o cerco de Burghley, e a famosa Marston Moor, em 2 de junho de 1644, a maior da guerra civil, evidenciou ao Parlamento que Deus estava ao lado do exército da sua causa. Quando Oliver Cromwell implementou a disciplina do New Model Army como forma concreta das formas militares, as outras batalhas como Naseby, 14 de junho de 1645, Langport, 10 de julho de 1645, foram decisivas, pois extinguiram a possibilidade de vitória das forças realistas. Não só no campo militar e político houve atuação dos puritanos, como também na seara teológica. É o caso da elaboração da confissão de Fé de Westminster.

Em meio a conflito civil, “foi convocado em 1643, depois de anos de tensão entre o rei Charles I, da Inglaterra, e seu Parlamento crescentemente puritano”,¹¹⁵ a realização de uma unidade religiosa mais profunda de fé e prática na Inglaterra. Foram 159 pessoas participantes, “cento e vinte e um teólogos, 30 membros do parlamento, e 8 representantes da Escócia.”¹¹⁶

A tarefa inicial era a revisão dos Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra e reestruturação da forma de governo eclesiástico¹¹⁷, mas seguindo o novo pacto com os escoceses na Aliança e Liga Solene entre o Parlamento e aqueles, foram elaborados outros

¹¹⁰ HULSE, 2022, p. 61.

¹¹¹ HULSE, 2022.

¹¹² HILL, os ideais radicais, p. 73.

¹¹³ HILL, os ideais radicais, p. 73.

¹¹⁴ FRASER, 2000, p. 105.

¹¹⁵ BEEKE, 2016, p. 43.

¹¹⁶ ANGLADA, Paulo. **Sola Scriptura**: A doutrina reformada das escrituras. Ananindeua: Knox publicações, 2013, p. 215.

¹¹⁷ ANGLADA, 2013.

documentos pela Assembleia como “a Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Menor de Westminster”.¹¹⁸ O governo eclesiástico da Igreja também foi modificado, devido ao grande número de representantes puritanos que pendiam ao presbiterianismo. Os trabalhos das comissões terminaram em 1646. Diante disso, pode-se ver claramente que a Igreja Anglicana foi sendo desmantelada ao presbiterianismo.¹¹⁹

A confissão de Fé de Westminster é essencialmente calvinista.¹²⁰ Observando a rejeição nos Cânones de Dort do Arminianismo, a Assembleia pendeu para a posição teológica dos puritanos que eram essencialmente calvinistas.

Cromwell via de forma escatológica a guerra civil entre o protestantismo e catolicismo. Tanto que a possuía a convicção de que era causa que estava sendo guiada pela providência de Deus, como podemos ver pela Dissertação de Joana Caetano, da Universidade do Porto, em que diz:

Os monarquistas interpretavam as derrotas nas Guerras civil como um teste à sua causa, enquanto os parlamentaristas deduziam de que Deus defendiam a Commonwealth e punia os excessos e os partidários de Carlos I. [...] Cromwell salientou nos discursos que proferiu perante o parlamento de que Deus tinha os ingleses como seus instrumentos: “god hath used us instruments (Cromwell, 2002:5). De facto, a crença de que Deus trabalha através de seus agentes encontra-se muito enraizada na consciência inglesa em geral. No entanto, ela era particularmente defendida e acarinhada pelos Puritanos que viam a sua cooperação activa uma forma activa de antecipar os desígnios divinos, assim sendo a participação política era um assunto de grande interesse e de profunda preocupação aos eleitos, que a viam como quase um dever religioso.

A não repressão das opiniões dos soldados do New Model Army foram o suficiente para exporem seus pensamentos políticos. A confiança no Poder de Deus, na providência divina, no amadurecimento diante de tantas vitórias retumbantes, fizeram com que o exército fosse um instrumento usado por Deus para dirigir os eventos terrenos. Com isso, o exército não possuía um fim em si mesmo, ou seja, apenas lutar, eles entenderam que as vitórias em campo de batalha era um fator da providência.¹²¹ Em virtude disso, os puritanos que estavam no exército compreendiam que eram instrumentos de Deus para mudar os rumos da Inglaterra. Portanto, a maturidade da consciência do exército, de que era um braço estendido de Deus na terra para causar flagelo aos seus inimigos, cresceu avassaladoramente. Além disso, não era um exército

¹¹⁸ ANGLADA, 2013.

¹¹⁹ MCGRATH, 2012, p. 142.

¹²⁰ LIMA, 2010, p. 31.

¹²¹ SANTOS JÚNIOR, Jaime Fernando dos. **Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de Revolução para a Guerra Civil e Interregno na Inglaterra seiscentista (1640-1660)**. Disponível: <https://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a09.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

à moda de seu tempo, mercenários, mas homens comuns que estava lutando por uma causa nobre e desejavam ser respeitados.

Diante de tantas derrotas, o rei não vendo outra saída retirou-se mais ao norte e refugiando-se na Escócia esperou algum auxílio dos escoceses, mas as negociações não prosperaram, e então, os escoceses entregaram o Rei ao Parlamento, encerrando assim a primeira fase da guerra civil.

A consciência puritana de Oliver Cromwell se enraizava de que seus feitos militares eram uma manifestação do poder Divino, e de que era o eleito de Deus. Na segunda Guerra Civil, após estar em terras gálicas, Oliver tivera algumas vitórias, diante das quais teria que tomar decisões sérias de vida ou morte de soldados. A historiadora Antonia Fraser relata como eram suas decisões, no texto a seguir:

Segundo Henry Fletcher, autor de uma biografia de Cromwell, seu objetivo era “evitar derramamento de muito sangue precioso, sabedor, de que a vitória menos custosa é a que se vence sem muitos golpes”. Ele proibiu o saque da cidade e mandou para o exílio apenas de dois anos os realistas convictos, isto é, aqueles que tinham defendido a monarquia em ambas as guerras. Sobre os renegados descarregou sua espada: “só foram executadas as pessoas que antes de vos serviram numa muito boa causa”, escreveu em seu relatório ao presidente da Câmara dos Comuns; *“escolhi os apóstatas, de preferência aos que sempre lutaram pelo rei, julgando sua dupla iniquidade, por terem pecado contra tanta luz e contra tantas evidências da divina providência”*.¹²²

O parlamento de maioria presbiteriana notando a autonomia das consciências do Exército compreendeu que ele era uma ameaça ao seu poder. Então, buscou não pagar os valores de algumas campanhas, algo que era evidentemente desrespeitoso. Por isso, em 1647 buscaram dispensá-lo o mais rápido possível; motivo pelo qual o parlamento contratou os serviços do exército escocês. Os ressentimentos entre Parlamento e Exército começaram a emergir. Estes buscando apresentar pedidos de liberdade de consciência, Direitos sobre propriedade e igualdade jurídica. Aqueles viam tais pedidos uma audácia.

A batalha de Preston aconteceu na noite de 17 e terminou no dia 18 de agosto de 1647. Esta, foi a maior da segunda guerra civil, e iniciou devido às negociações de Carlos com os escoceses para que garantissem sua Coroa em troca da uniformidade religiosa em toda Commonwealth, para desagrado dos presbiterianos ingleses. Oliver Cromwell liderava o exército que o levou à vitória. Antonia Fraser destaca que esta vitória produziu um efeito estabilizador para a Inglaterra, como se observa a seguir:

¹²² FRASER, 2000, p. 253, grifos nossos.

Assim, em 9 de outubro, de Dalhousie, Cromwell enviou ao presidente da Câmara dos Comuns um relatório informando sobre a dissolução de todas as forças escocesas. Dirigindo-se ao sul, via Carlisle e Newcastle, onde foi festejado pelo prefeito, ele alcançou Durham no dia 20 de outubro. Lá o aguardavam assuntos iminentemente práticos, relacionados à pacificação de todo o norte da Inglaterra, além de um documento da comissão de York, reivindicando a tomada do castelo de Pontcraft.”¹²³

Destarte, naquele momento após a vitória, o new model army e o Parlamento poderiam enfrentar-se, sem inimigos próximos, e dar uma resolução definitiva desta celeuma do rei.

O julgamento de Carlos Stuart

As lideranças principais do Exército amadureceram a ideia de levar Carlos a julgamento. O rei poderia ser resistido, mas julgá-lo seria um labor teológico e jurídico muito refinado. Por isso, deveria primeiro expulsar da Câmara dos Comuns os parlamentares monarquistas, e permitir somente aqueles que desejavam levar a causa adiante. Diante disso, o momento foi denominado de Expurgo de Pride, ou grande Expurgo em que vários parlamentares foram presos. Nesse caso, “Submetendo-se aos ditamos do setor radical do exército – ou à Divina Providencia, conforme a sua interpretação preferida -, Cromwell não abandonou a ideia de executar Carlos I”.¹²⁴

Com o expurgo, alguns parlamentares que foram considerados obstáculos às reformas pretendidas pelo Exército foram presos. O coronel Pride levou soldados selecionados para desagregarem e prenderem aqueles membros do parlamento, que ficou denominado *Rump*, ou rabo do parlamento, depois disso. Os parlamentares que permaneceram declaram que a nova câmara possuía poderes supremos, ou seja, assumiram o poder legislativo e executivo, tendo toda a autoridade para aprovar atos e leis sem o consentimento do Rei e da Câmara dos Lordes. Consequentemente, entendiam que possuíam a “legitimidade” jurídica e legal para instaurar procedimentos de julgamento contra o Carlos I Stuart.

A situação da nação era instável. Mesmo Carlos I estando preso, em regime domiciliar, era um entrave para rendição completa dos realistas. De muitos lados, como no parlamento e, principalmente no exército, a sugestão de julgamento que seria impossível, começava a ser percebida e pensada por alguns parlamentares.

No dia 28 de dezembro de 1648, a Câmara dos Comuns instaurou o Superior Tribunal de Justiça que julgaria Carlos Stuart.¹²⁵ No dia 1 de janeiro de 1649, iniciaram as sessões de

¹²³ FRASER, 2000, p. 270.

¹²⁴ FRASER, 2000, p. 272.

¹²⁵ FRASER, 2000, p. 282.

juízo e apresentação da acusação¹²⁶ de que o rei era tirano, traidor e assassino.¹²⁷ No dia 20 de janeiro, o Tribunal de justiça foi transferido para Westminster Hall, para poder acomodar melhor os participantes.

No dia 24 e 25 de janeiro de 1649, as sessões tornaram-se públicas e, no dia 26 os membros do tribunal do júri assinariam a sentença.¹²⁸ Nessa mesma esteira, no dia 27 do mesmo mês, o rei foi trazido de volta ao Tribunal a fim de ouvir o conteúdo da sentença, que foi lida pelo escrevente a pedido de John Bradshaw, Presidente do Superior Tribunal Justiça. O conteúdo da sentença declarava Carlos Stuart culpado por traição e outros crimes,¹²⁹ e a condenação à morte seria executada no dia 30 de janeiro de 1649 por decapitação. Este texto pode ser verificado a seguir, através da exposição do Museu Novium no Reino Unido que expressa o texto original abaixo:

Whereas Charles Stewart King of England is and standeth attainted and condemned of high Treason and other high Crymes, And sentence was pronounced against him by this Court to be putt to death by the severinge of his head from his body Of which execution yet remayneth to be done, These are therefore to will and require you to see the said sentence executed In the open Streete before Whitehall upon the morrow being the Thirtieth day of this instante moneth of January betweene the houres of Tenn in the morning and Five in the afternoone of the same day with full effect And for soe doing this shall be your sufficient warrant And these are to require All Officers and Soldiers and other the good people of this Nation of England to be assisting unto you in this service Given under our hands and Seales.¹³⁰

Destarte, Carlos foi executado publicamente no dia 30 de janeiro, às 10h da manhã e 17h da tarde, próximo de Whitehall. Diante do fato, da execução, parte do povo não concordava plenamente com tudo isso,¹³¹ mas foi este passo que os enfraqueceu grandemente na Inglaterra. O professor Bruce Shelley destaca a atitude ousada dos puritanos regicidas:

Essa foi uma ação ousada demais, um sinal evidente de que os puritanos foram definitivamente removidos do poder, pois deu aos monarquistas seu próprio mártir. Séculos de tradição real inglesa não podiam ser apagados, nem mesmo pelos santos de Deus.¹³²

Ademais, naquela ocasião, os puritanos estavam livres para colocar suas agendas em prática no governo ditatorial do New Model Army sob o pendão de Oliver Cromwell.

¹²⁶ FRASER, 2000, p. 287.

¹²⁷ MCGRATH, 2012, p. 142.

¹²⁸ FRASER, 2000, p. 290-291.

¹²⁹ HILL, 2001, p. 124.

¹³⁰ WHITELEY, Elsa. **Death Warrant of King Charles I.** Disponível em:

<https://www.thenovium.org.uk/article/33860/Death-Warrant-of-King-Charles-I>. Acesso em: 20 jun. 2024.

¹³¹ FRASER, 2000, p. 293.

¹³² SHELLEY, 2018, p. 321.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O GOVERNO DE OLIVER CROMWELL

Oliver Cromwell (1599-1658) liderou a governo dos santos. Após execução do monarca, foi abolido a Monarquia e instaurada a República. Esta, era finalmente direcionada pelas consciências puritanas, que implementaram a rigidez moral. Por isso, o povo analisava que era exigido demais.

John Owen (1616-1683) tornou-se capelão do exército de Cromwell, pois acreditava na causa Parlamentar e via os acontecimentos como um sinal profético. Muitos puritanos viam a execução do rei como a vontade do Senhor, que estava abrindo caminho à reforma por completa, pois, naquela ocasião, o obstáculo principal, o rei, foi retirado. Poderiam, então, concluir a sua agenda. O Dr. Reeves destaca o comportamento otimista de Owen apresentado em sua pregação na Câmara dos Comuns:

Então, em 30 de janeiro de 1649, o Rei Charles foi executado, junto com as esperanças do partido da “alta igreja”. Dá testemunho da estatura nacional recém-adquirida por Owen o fato de ter sido aquele a quem pediram que pregasse ao Parlamento no dia seguinte. E o que disse foi muitíssimo revelador. Claro, ele estava nervoso com o que via acontecer na Inglaterra. *Acreditava que tudo havia sido profetizado como plano de Deus para os últimos dias: como a execução do rei e aqueda de sua tirania, o reino do anticristo estava chegando ao fim, e com sua destruição um milênio triunfante para igreja estava sendo anunciado.* Agora o evangelho podia ser proclamado sem impedimento, a igreja podia ser reformada, e Cristo preencheria o mundo com a luz e amor. Era uma visão milenarista otimista, que cada vez mais crescia.¹³³

Entretanto, a falta de flexibilidade em alguns assuntos, datas comemorativas como o Natal¹³⁴, alimentação, fizeram com que os puritanos fossem vistos como extremistas¹³⁵, a caricatura destes começava a ser desenhada.

Oliver Cromwell fizera o possível em seu governo como Lorde Protetor da Inglaterra.¹³⁶ Conseguiu estabilizar um reino convulsionado pela insatisfação com um rei tirano e confrontar esse abuso e abolir o episcopado.¹³⁷ O Lorde Protetor puritano morreu em 3 de setembro de 1658 doente, e com ele a República dos Puritanos, por conta de buscarem uma “decisão de convidar Carlos II a retornar do exílio foi uma decisão de desespero, refletindo o desejo de evitar a anarquia, em vez de alguma firme convicção de que isso era o correto em si mesmo”¹³⁸

¹³³ REEVES, Michael. **Sobre ombros de gigantes**: uma introdução aos grandes teólogos de Lutero a Parker. Brasília, DF: Monergismo, 2019, p. 89, grifos nossos.

¹³⁴ MCGRATH, 2012. p. 144

¹³⁵ Visão que ainda hoje é repassada e descrita sobre os puritanos, cf. LIMA, 2010, p. 32.

¹³⁶ BEEKE, 2016, p. 386

¹³⁷ BEEKE, 2016

¹³⁸ MCGRATH, 2012, p. 143

Por isso, Carlos II, filho do rei decapitado, foi conduzido ao trono da Inglaterra em 1660, momento chamado restauração.

MacGrath ressalta que nesse momento bastante amargo os puritanos estavam extremamente desgastados, e que “A comunidade puritana, por fim, morreu graças à exaustão, à rivalidade interna, à desilusão e à falta de visão”.¹³⁹

REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGLADA, Paulo. **Sola scriptura**: A doutrina reformada das escrituras. Ananindeua: Knox publicações, 2013.

BARRETT, Matthew. **Teologia da reforma**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2023.

BEEKE, Joel R. **Vivendo para a glória de Deus**: uma introdução à fé reformada. 2. reimpr. São José dos Campos: Fiel, 2016.

BEEKE, Joel R. **Teologia Puritana**: Doutrina para a vida. São Paulo: Vida Nova, 2016.

CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da igreja cristã. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

FRASER, Antonia. **A conspiração da pólvora**. São Paulo: Records, 2000.

FRASER, Antonia. **Oliver Cromwell**: uma vida. São Paulo: Records, 2000.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores**. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Vida Nova, 2017.

HILL, Christopher. **O leito de Deus**: Oliver Cromwell e a revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta a cabeça**: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

HILL, Christopher. **O século das revoluções**: 1603-1714. São Paulo: Unesp, 2012.

HULSE, Erroll. **Quem foram os puritanos e o que eles ensinaram**. 2. ed. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2022.

ISSA, Pedro Henrique R. de O. Jaime I, a Conspiração da Pólvora e o Pensamento Político Moderno. **Humanidades em diálogo**, v. 3, n. 1, p. 73-89, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2009.106279>. Acesso em: 6 jun. 2024.

¹³⁹ MCGRATH, 2012.

KANTOROWICZ, Ernest H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Leandro A. de. **O futuro do Calvinismo**. São Paulo: Cultura cristã, 2010.

LINDBERG, Carter. **História da Reforma**: Um dos acontecimentos mais importantes da história em uma narrativa clara e envolvente. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.

MCGRATH, Alister. **A revolução protestante**: uma provocante história do protestantismo contada desde o século 16 até os nossos dias. Brasília, DF: Palavra, 2012.

MARTINA, Giacomo. **História da igreja** de Lutero a nossos dias: I – O período da Reforma. 5. ed. Ipiranga, São Paulo: Loyola Jesuítas, 2014.

OLSON, Roger. **História da teologia cristã**: 2000 anos de tradição e reforma. São Paulo: Vida, 2001.

RYKEN, Leland. **Santos no mundo**: os puritanos como realmente eram. 2. ed. São José dos Campos, SP: Fiel, 2013.

RUTHERFORD, Samuel. **Lex, rex**: A lei e o príncipe: Uma disputa pela justa prerrogativa do rei e do povo. São Paulo: Caridade puritana, 2023.

SANTOS JÚNIOR, Jaime Fernando dos. **Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de Revolução para a Guerra Civil e Interregno na Inglaterra seiscentista (1640-1660)**. Disponível: <https://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a09.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SILVESTRE, Araújo Armando. **Calvino e a Resistência ao Estado**. São Paulo: Mackenzie, 2003.

SILVESTRE, Araújo Armando. **Calvino**: o potencial revolucionário de um pensamento. 2. rev. ampl. São Paulo: Vida Acadêmica, 2009.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: companhia das Letras, 1996.

SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo**: Uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja crista desde as origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018.

WALKER, W. **História da igreja cristã**. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2003.

WHITELEY, Elsa. **Death Warrant of King Charles I**. Disponível em: <https://www.thenovium.org.uk/article/33860/Death-Warrant-of-King-Charles-I>. Acesso em: 20 jun. 2024.